

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

OUTUBRO/2022

Aos vinte sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte dois, às quatorze horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, sob a presidência de **ÂNGELA MOLIN**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS, e na presença dos:

REPRESENTANTES:

Lucas Paim, **SMAMUS**; Sílvia Pauli, **SMED**; Sílvia Pauli, **SMED**; Lucas Homem Nadler, **DMAE**; Arceu Bandeira Rodrigues, **DMLU**; Fernando Ritter, **SMS**; Nelson Ferreira Fontoura, **PUC/RS**; José Paulo Oliveira Barros, **UAMPA**; João Carlos Carvalho Machado, **Sindicato Rural de Porto Alegre**; Gerhard Ernest Overbeck, **IGRE**; Paulo Brack, **INGA**; Maria Caravaggio Nunes, **Associação Toda Vida**; Marília Longo do Nascimento, **OAB/RS**; Lisiane Becker, **CRBIO-3-RS/SC**; e Joel Goldenfum, **UFRGS**.

SECRETARIA EXECUTIVA:

Camila Maders Fonseca Coelho, **SMAMUS**; e Patrícia Costa Ribeiro, **taquígrafa**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comunicações;

3. Votação;

4.1. Aprovação da ata da reunião realizada em 29 de setembro de 2022;

5. Ordem do Dia:

5.1. Apresentação da proposta de diretrizes para o Fundo Pró-ambiente para o ano de 2023;

5.2. Apresentação e deliberação acerca do encaminhamento do Processo SEI 22.0.000121327-3, recebido da Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental;

5.3. Debate e encaminhamentos acerca do SEI 18.0.000045575-6 (Lista de espécies da flora ameaçadas de extinção);

5.4. Assuntos Gerais.

RELATO:

1. ABERTURA;

31 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
32 **SMAMUS:** Senhores Conselheiros, sejam todos bem vindos a nossa Reunião Ordinária do
33 Conselho Municipal de Meio Ambiente. Agradeço a presença dos que estão aqui nos
34 prestigiando hoje à tarde. Nós vamos iniciar a nossa reunião, a nossa pauta hoje, nós temos
35 basicamente algumas apresentações. Então, vamos iniciar com as comunicações das entidades
36 e dos presentes. Gostaria de saber se alguém gostaria de se inscrever para alguma fala inicial,
37 alguma comunicação? Pode colocar ali no chat. Conselheiro João Carlos, vamos começar pelo
38 senhor, então.

39 **2. COMUNICAÇÕES;**

40 **João Carlos Carvalho Machado, Sindicato Rural de Porto Alegre:** Boa tarde a todos. Eu
41 queria fazer um convite para a nossa Feira do Pêssego, que vai se realizar no dia 3 de
42 novembro, às 15 horas. É a 13ª Colheita da Feira do Pêssego. Então, convido a todos a
43 comparecer na Rua Cristiano Kraemer, 2310, na propriedade do produtor rural Senhor
44 Valdomiro dos Santos. Só lembrando que Porto Alegre é uma das capitais que mais produz
45 pêssego de mesa no Brasil. Era isso. Obrigado! **Ângela Molin, Secretária Municipal de**
46 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada, excelente
47 convite. Mais alguém gostaria de fazer alguma comunicação, alguma colocação? Bem,
48 enquanto ainda podemos ter mais alguma manifestação, eu queria apresentar, relatar aos
49 conselheiros como estão nossos preparativos para a conferência, a Conferência do Meio
50 Ambiente. Então, já foi comunicado que ela será realizada na PUC, nos dias 17, 18 e 19 de
51 novembro. Hoje nós iremos começar, após a nossa reunião, o lançamento nas redes sociais,
52 nos canais oficiais da Prefeitura também, no site do COMAM, a programação da conferência,
53 com os dias e horários, também o link de inscrição para que todos possam se inscrever. Nós
54 temos a honra de contar com alguns conselheiros no primeiro dia, que são os painéis que
55 envolvem os temas relacionados a mudanças climáticas. Então, agradeço desde logo ao
56 Conselheiro Nelson Fontoura, da PUC, o Professor Nelson. Também ao Professor Joel, que
57 também estará representando o IPH com uma fala. Nós teremos participantes do ICLEI,
58 também do Centro Brasil do Clima, teremos professores da Unisinos, a Professora Luciana
59 Gomes, que é da área de resíduos. O Professor Delton Winter de Carvalho, que é também da
60 área de litigância climática, mudanças climáticas e litigância climática. Teremos o Professor
61 Rualdo Menegatti, que é um ícone na nossa Cidade de Porto Alegre, da UFRGS, também
62 presente no painel de abertura. Além de outras pessoas que também foram convidadas. Então,

63 é um pequeno *spoiler* dos nomes que comporão os painéis no primeiro dia do evento. Então,
64 no dia 17 nós teremos um painel de abertura a partir das 10 horas da manhã, à tarde outros
65 painéis, todos relacionados a mudanças climáticas. Na sexta-feira teremos os grupos de
66 trabalho para debaterem os temas relacionados e proporem diretrizes nas políticas públicas
67 ambientais para a cidade. E no sábado pela manhã teremos a votação, a apresentação dos
68 resultados das diretrizes por cada grupo de trabalho e a votação pela grande assembleia de
69 participantes da conferência. Esperamos que seja um evento bastante profícuo, estamos
70 caprichando na organização para que tudo saia de acordo, que seja um evento de altíssimo
71 nível, que todos nós possamos realmente aprender com esse momento, trocar informações e
72 realmente pensar diretrizes para as políticas públicas para a cidade. Vai ser também bem
73 importante o painel que teremos sobre o Plano Diretor e Meio Ambiente, justamente nesse
74 momento de revisão do Plano Diretor. Então, esse painel também vai contar com a Professora
75 Cibele, da PUC, e a Doutora Annelise Steigleder, nossa Promotora de Meio Ambiente e
76 Urbanismo de Porto Alegre também. Então, será o momento em que nós pediremos muito a
77 participação dos nossos conselheiros, servidores públicos, comunidade acadêmica, integrantes
78 das entidades ambientalistas de Porto Alegre. Com isso, também queremos compartilhar
79 informações e conhecimentos. Nós enviaremos ainda hoje ou no máximo até amanhã por e-
80 mail aos conselheiros a programação para também fazerem as divulgações nas suas entidades.
81 Lembrando que esse evento é totalmente gratuito, alunos e acadêmicos receberão o certificado
82 com as horas complementares. Então, acredito que será bastante interessante para toda a
83 comunidade. Então, hoje vamos fazer o lançamento oficialmente desse evento. Esperamos que
84 a gente cosiga ter um bom público, temos um local para 212 pessoas. Então, acreditamos que
85 é possível nós termos esse número de participantes com esse retorno de atividade presencial.
86 estamos também providenciando para que seja gravado o evento, pelo menos o primeiro dia,
87 os painéis, justamente para que a gente possa deixar depois no nosso canal da Secretaria
88 YouTube. Então, eu estou à disposição caso queiram algum tipo de informação, enfim, podem
89 me contatar que eu estou à disposição caso seja necessário. Alguém mais gostaria de fazer
90 alguma colocação, alguma comunicação inicial neste momento? Então, passamos ao nosso
91 próximo ponto da pauta:

92 **3. VOTAÇÃO;**

93 **4.1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE** 94 **2022;**

95 Nós temos duas atas para votação, a ata do mês de agosto e a ata da reunião de setembro.
96 Com relação à reunião de setembro já tivemos aqui por e-mail uma manifestação do
97 Conselheiro do IGRE, o Professor Gerhard Overbeck, que pediu que fizesse uma correção na
98 ata, que ele não estava presente, mas sim o suplente dele. Então, já anotamos isso para que
99 haja correção na ata da reunião de setembro. Não sei se mais alguém tem alguma colocação ou
100 alguma objeção em relação às atas de agosto e setembro que gostaria de fazer? Muito bem.
101 Consideramos, então, nesse sentido, nós já colocamos em votação, podemos considerar as
102 duas atas aprovadas diante da ausência de quaisquer objeções. Obrigada! O nosso próximo
103 item da pauta é:

104 **5. ORDEM DO DIA:**

105 **5.1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA O FUNDO PRÓ- 106 AMBIENTE PARA O ANO DE 2023;**

107 Como é sabido dos nossos conselheiros, nós temos aqui na Secretaria de Meio Ambiente uma
108 instrução normativa que determina o fluxo de formação dessas diretrizes internamente como
109 uma primeira proposta. Já startamos isso desde o final de agosto e o início de setembro, então,
110 as áreas das diversas diretorias da SMAMUS apresentaram as suas ideias de projetos para
111 buscar recursos do Fundo. Nós compatibilizamos também com a Lei Orçamentária Anual, para
112 fazer essa compatibilização. E a junta de conciliação do Fundo, em reunião na semana passada,
113 finalizou uma proposta de diretrizes, que o nosso servidor agora representante aqui no
114 COMAM, o Lucas, fará a apresentação para vocês. Não é uma deliberação, nós queremos
115 apresentar o que a Secretaria está pensando e ouvir o Conselho. Então, é o momento que nós
116 apresentamos e depois logo faremos a abertura do momento para que os conselheiros façam as
117 suas considerações. E a nossa proposta é que na reunião de novembro seja deliberada a
118 proposta de diretrizes, aí sim saia a resolução aprovando as diretrizes pelo Conselho. Então, eu
119 vou passar a palavra ao Lucas, que fará a apresentação, depois abrimos para debates em
120 relação às propostas apresentadas pela Secretaria neste momento. **Lucas Paim, SMAMUS:**
121 Boa tarde a todos. Eu vou iniciar a apresentação aqui. Este ano nós temos de recurso, porque
122 vocês sabem que sempre temos dois recursos, o recurso do 1211 e o recurso do 1331. No
123 1211, que é o recurso geral do Fundo, este ano nós teremos R\$ 4.400.000,00 e no 1331, que é
124 o recurso da compensação vegetal, teremos R\$ 2.900.000,00, totalizando aproximadamente
125 R\$ 7.396.000,00 para nós utilizarmos nos projetos este ano do Fundo do Meio Ambiente. A
126 gente separa sempre por diretrizes, então, o que a gente aprova é o valor da diretriz, isso que

127 tem o efeito vinculante. Os projetos a gente pode, digamos assim, alterá-los conforme a nossa
128 necessidade e conveniência, né. Então, essa Diretriz 1 tem um valor bem relevante, o valor
129 dela é R\$ 5.247.000,00. É uma diretriz que é destinada, conforme eu deixei em negrito aqui,
130 para preservação de áreas de conservação e áreas verdes urbanas, estudos de impacto
131 ambiental, né. Então, quais são os projetos que nós vamos alocar esses recursos? Diversos
132 deles é uma continuidade de 2021, então, a gente já enviou alguns projetos para licitação a
133 gente precisa que esses projetos continuem a serem executados com o recurso de 2023. Então,
134 o que nós temos primeiro? Contratação da empresa de implementação da arborização e
135 manutenção pós-plantio. Isso é um projeto que já tem empresa contratada, faltam só alguns
136 trâmites finais e a tendência é que já inicie uma parte desse valor este ano no plantio das
137 mudas. A continuidade do nosso cercamentos de unidade de conservação, a gente ainda não
138 iniciou, mas é um projeto que a gente precisa iniciar, é uma solicitação antiga já do Conselho.
139 Temos o mapeamento da Mata Atlântica, que foi prorrogado, iniciou este ano, praticamente
140 acho que 70% dele já foi executado este ano, um pouquinho vai acabar entrando no ano que
141 vem. A operação do Viveiro Municipal, que seria a gestão e manutenção do viveiro, dando
142 continuidade ao que vem sendo feito. E a recuperação do Lago do Parcão, que é uma obra de
143 pequeno impacto, que foi solicitado pela área, não tem muitas informações acerca dessa obra.
144 Passando para a Diretriz 2, essa é aquela diretriz que a gente gasta mais em podas, capina e
145 roçada, é uma diretriz que quem usa mais é a Secretaria de Serviços Urbanos. Este ano a gente
146 diminuiu bastante o valor que a gente repassa para eles. Para vocês terem uma ideia, no ano
147 passado foi cerca de 1,4 milhões e este ano a gente está repassando só 200 mil para eles,
148 porque o valor foi um pouco menor do que o ano passado. Então, a tendência é que a gente
149 repasse também menos valor para eles. E também é uma demanda antiga do Conselho que a
150 gente usa os recursos do Fundo em serviços para o meio ambiente, não podas, capinas, que
151 conforme a solicitação do Conselho é despesa geral da cidade. Passando para Diretriz 3, é uma
152 diretriz de educação ambiental e eventos, só R\$ 250.000,00 o valor da diretriz, todos
153 destinados à educação ambiental. Então, a gente separou aqui R\$ 50.000,00 para materiais,
154 palestras, transporte dos alunos para fazerem trilhas, material bibliográfico, sementes. O
155 desenvolvimento do Plano de Educação Ambiental, que foi uma demanda da câmara técnica
156 quando a gente apresentou o plano de aplicação, a nossa ideia inicialmente em iniciativas e
157 propostas de educação ambiental que possam vir, que pode ser do COMAM, da câmara
158 técnica, para a gente incluir neste valor aqui. Passando para Diretriz 4, que seria a nossa

159 diretriz de manutenção de áreas verdes aqui da SMAMUS. O principal valor é o nosso
160 convênio que temos com a SUSEPE, de mão de obra prisional. Este é um serviço que os
161 apenados têm, que no nosso convênio eles executam mão de obra, serviços gerais dentro do
162 cemitério e nos nossos parque. Se eu não me engano, a Redenção é mais um outro parque. O
163 software de arborização urbana é um projeto que já está em andamento, já está indo para
164 licitação. E equipamentos e serviços de menor valor, algumas pequenas obras em unidades de
165 conservação e áreas verdes, que seguido aparece alguma necessidade ou um serviço como
166 capina e roçada, ajuste de rede lógica, algum material que necessite ser comprado para o
167 serviço dos técnicos. Diretriz 5 é a diretriz da fiscalização, nós reservamos R\$ 50.000,00 para
168 aquisição de serviços, como consultoria, treinamentos ou materiais, como drones, para os
169 nossos fiscais do meio ambiente. A Diretriz 6 é a diretriz dos programas, projetos, pesquisas,
170 publicações e concursos. Nós deixamos esse valor de R\$ 150.000,00 que é para o nosso
171 concurso do projeto arquitetônico do Refúgio São Pedro, que está em andamento, está sendo
172 elaborado pela câmara técnico. A Diretriz 7 é das nossas despesas legais, que nós temos, por
173 exemplo, a transferência de competências da FEPAM, a fiscalização, a nossa taquigrafia para o
174 Conselho, o ICLEI, que a gente paga o nosso convênio, né, R\$ 35.000,00. E a Diretriz 8 é
175 uma diretriz especial, ela não está no orçamento, ela vai vir através de uma receita
176 extraordinária, que o DMAE vai pagar, que é a revitalização da Praça Almerindo Lima. A
177 gente tem um acordo com o DMAE que esse valor vai diretamente para a revitalização dessa
178 praça. Então, o valor é aproximadamente de 1 milhão. Então, vai ter que ser renovado o
179 orçamento, mas é aproximadamente esse valor de 1 milhão. Algumas considerações aqui, ano
180 passado nós aprovamos o Plano de Ação Climática no Fundo do Meio Ambiente, valor de
181 aproximadamente R\$ 2.016.000,00. Esse valor não vai ser mais necessário sair dos recursos do
182 Fundo do Meio Ambiente, porque a gente conseguiu um financiamento via Banco Mundial.
183 Despesas como a operação do viveiro, software e arborização ainda irão para licitação e tem
184 uma tendência que diminua o seu valor. Para vocês terem uma ideia, aquele valor daquela
185 licitação do plantio, o primeiro projeto que eu falei, ele teve uma diminuição do valor de R\$
186 200.000,00 do nosso valor orçado e o valor efetivamente contratado. Então, tem uma
187 tendência que esses projetos indo para licitação tenham uma diminuição do valor. Nós temos
188 outro fundo, que a gente pretende botar diversos projetos nele, que é o Fundo Municipal de
189 Gestão de Territórios, que ele vem da receita de adensamento e venda de índices construtivos.
190 Então, alguns projetos que a gente pretende botar no FMGT, cercamento das unidades de

191 conservação, mapeamento de áreas contaminadas, inventário da fauna, inventário da
192 arborização, entre outros que venham a surgir. Ainda é necessária uma análise jurídica para o
193 enquadramento legal. E a Lei Orçamentária Anual foi enviada para a Câmara em 14/10, não sei
194 se já foi aprovada, acredito que não, porque esta semana a Câmara cancelou as sessões. Então,
195 ainda tem o prazo legal para a Câmara devolver para o Município. Pode ser que tenha alguma
196 alteração, mas não vai ser nada muito relevante. Então, é isso, qualquer dúvida podem
197 perguntar. Lembrando que a gente não está aprovando ainda, a gente está aqui para debater e
198 aceitamos sugestões. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo**
199 **e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Lucas, pela apresentação. Nós podemos enviar
200 também esse material para os conselheiros, a fim de que possam organizar melhor, analisar
201 melhor com suas entidades, inclusive, até a próxima reunião. Mas colocamos agora, então, a
202 palavra a quem quiser fazer alguma colocação, alguma comunicação em relação a essa
203 proposta, né, alguma sugestão, inclusive? Começando, então, pela Conselheira Lisiane, depois
204 o Conselheiro Nelson. **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Boa tarde. Eu não consegui ver o
205 Item 7. Também gostaria de alguma informação em relação ao cercamento das unidades de
206 conservação. E também acho que perdi, não consegui ver o valor total que existe no Fundo,
207 acho que ele só falou e aí eu não registrei, eu gostaria de saber o valor total do Fundo, né,
208 porque agora vai ter vários projetos que já vão ser custeados por outros organismos. Então,
209 nós vamos ter um aumento no Fundo. Então, gostaria só que projetasse novamente o sete, a
210 categoria sete, não me lembro o nome. Sou nova aqui, né. Então, ainda não sei exatamente
211 como rege esse Fundo e sobre o cercamento das unidades de conservação. **Ângela Molin,**
212 **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
213 Tá. Sim, esse item, Conselheira, o que entra aqui? Aqui nós temos despesas gerais e é
214 importante só relembrar, nós temos dois vínculos, na verdade, que é o Fundo de Meio
215 Ambiente de Porto Alegre, que é o Fundo Pró-Ambiente, que é formado por dois vínculos, o
216 Vínculo 1211 e o 1331. O Vínculo 1211 é um vínculo mais geral, ele não tem uma despesa
217 carimbada, digamos assim. O Vínculo 1331 é relacionado à Lei Complementar 757/2015, que
218 diz respeito às receitas provenientes de supressão de vegetação. Daí a despesa desse vínculo
219 1331 são despesas voltadas mais para as unidades de conservação, projetos ambientais. Tem
220 uma especificidade na Lei Complementar nº 757. Então, a gente chama de vínculo carimbado,
221 digamos assim. Não é qualquer despesa que pode ser custeada com recursos daquele grupo.
222 Então, neste caso aqui, essas despesas que são gerais, que envolvem o pagamento do

223 licenciamento ambiental que a gente tem que pagar para a FEPAM, taquigrafia das reuniões do
224 Conselho do Meio Ambiente, a mensalidade relacionada ao ICLEI, que dá todo o apoio aos
225 projetos de sustentabilidade do Município. Aqui também despesas relacionadas com a
226 fiscalização de meio ambiente, a compra de equipamentos, como drones, por exemplo, coisas
227 desse tipo. Então, entram aqui todos nessa diretriz, que é uma diretriz de despesa, que a gente
228 não vai chamar de despesas correntes, mas despesas que são do Município, na área ambiental e
229 que são desse Vínculo 1211, que não é daquele de receitas carimbadas, das receitas legais da
230 757. Não sei se essa explicação é suficiente. E com relação ao valor total de receitas, Lucas,
231 por favor, projeta ali a primeira planilha. Eu acho que é uma das dúvidas da conselheira, para
232 que a gente possa mostrar o valor que nós temos previsto para receitas. **Lucas Paim,**
233 **SMAMUS:** Eu não cheguei a botar aqui nesta planilha o valor total de cada uma, eu botei ali
234 no chat. A gente tem de previsão total R\$ 7.396.318,00, sendo R\$ 4.400.000,00 no Vínculo
235 1211 e R\$ 2.900.000,00 no Vínculo 1331. Eu botei no chat ali. Claro, comando os valores
236 aqui dá, só não fiz uma planilha mostrando o total de cada um. **Ângela Molin, Secretária**
237 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu queria
238 lembrar também que no ano passado nós aprovamos dentre as diretrizes e o plano de
239 aplicação que foi montado a aquisição de um software para gerenciamento dos cemitérios, que
240 vocês devem recordar que nós discutimos isso anteriormente. O Município de Porto Alegre,
241 todas as taxas relacionadas aos cemitérios municipais o Município coloca no Fundo de Meio
242 Ambiente, nesse Vínculo 1211. Então, a gente tem uma receita que vem se mantendo ao longo
243 dos anos, mas nós temos uma previsão de que com o software de gestão a gente pode até
244 duplicar ou até triplicar o valor das receitas para melhorar a gestão dessa questão das
245 cobranças das necrópoles. Então, nós aprovamos isso no ano passado, o Conselho aprovou a
246 despesa desse software e agora está já indo para licitação. A gente demorou um pouco no
247 projeto, enfim, mas está indo para licitação essa aquisição. Então, há sem dúvida uma
248 perspectiva de que a gente também tenha um incrementozinho de recurso em relação a esse
249 ponto no Vínculo 1211 para o ano que vem. E outra questão também que eu queria mencionar
250 é que o Plano de Ação Climática, como o Lucas disse, ele está dentro de um financiamento,
251 que é com o Banco Mundial. Então, desoneramos também o Fundo nesse sentido. Conselheiro
252 Nelson. **Nelson Ferreira Fontoura, PUC/RS:** Olá! Boa tarde a todos! Bom, é importante no
253 uso desse Fundo essa questão do mapeamento dos remanescentes de Mata Atlântica, é uma
254 ação muito importante do Fundo. E na conta de hoje existe uma demanda do setor de

255 licenciamento da SMAMUS com relação a fazer estudos de fauna, de distribuição, abundância
256 de fauna no Município. Esse é um recurso que pode entrar para o Fundo, acho que é um
257 projeto importante, mas eu queria salientar que isso é um projeto importante demais. Não a
258 questão da fauna em si, mas nós não temos no Brasil histórico de como as abundâncias e as
259 distribuições de espécies estão flutuando no tempo. A gente tem sempre estudos pingados criar
260 e ali e que não tem normalmente continuidade, porque esse tipo de ação não pode ser feito
261 pela universidade, porque na universidade o professor entra, o professor sai, o aluno termina o
262 mestrado, termina o doutorado e aquela pesquisa se encerra. Isso tem que ser um programa de
263 estado e tem que continuar, iniciar em um determinado momento e tem que continuar de forma
264 permanente. Assim como nós temos os censos populacionais que o IBGE faz, seria o caso, no
265 contexto do Município, que a SMAMUS fizesse com alguma periodicidade, eu sugeriria talvez
266 a cada gestão municipal, a cada 4 anos, fizesse um diagnóstico da flora, da distribuição dos
267 remanescentes florestais e campestres, que não é só floresta que nós estamos falando e também
268 da distribuição em abundância, não de toda a fauna, porque isso é um trabalho hercúleo,
269 ninguém consegue, mas pelo menos de indicadores de qualidade ambiental, pegando grandes
270 grupos, talvez mamíferos, aves, anfíbios, reptéis, peixes, pelo menos os vertebrados e que a
271 gente tivesse esse acompanhamento de longo prazo. E a cada talvez 4 anos isso virasse um
272 grande relatório que ficasse disponível online, talvez de forma interativa, com mapas de
273 distribuição na tela ou em cima de uma camada do Google Aéreo ou do Google Earth, que a
274 gente pudesse ver os polígonos de distribuição de mata, como que evoluiu de um diagnóstico
275 para o outro e como está a abundância das espécies, pelo menos de espécies emblemáticas. Eu
276 acho que a gente podia lançar um projeto dessa natureza com o financiamento do Fundo.

277 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
278 **SMAMUS:** Muito bem, me parece que, enfim, há uma intenção de se fazer uma espécie de
279 inventário, no sentido de conhecer onde está essa fauna, né. Até porque a gente tem já em
280 relação a um trecho da orla que fizemos uma ação civil pública. Então, a gente gostaria de
281 replicar um pouco esse estudo e me parece que essa é a intenção do setor de fauna da
282 diretoria, né. Aí nós temos que, sem dúvida, incluir esse custo, essa despesa também no Fundo.
283 Então, já é uma preocupação e estamos vendo como podemos dimensionar isso, né. E acho
284 que essa sua sugestão, essa sua ideia é ótima para debatermos na nossa conferência como uma
285 diretriz para as políticas ambientais municipais, no sentido de fazer um inventário que venha
286 sempre ser atualizado dentro daquilo que o senhor está propondo. Muito obrigada! Doutora

287 Marília, pela OAB. **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:** Oi! Boa tarde, colegas
288 conselheiras, conselheiros. A minha dúvida é a seguinte, como nós da OAB não temos assento,
289 não participamos das reuniões do Fundo, fiquei com uma única dúvida para que eu possa levar,
290 assim que eu receber os materiais e dialogarmos internamente para a próxima reunião do
291 Conselho. Eu não observei, nós tínhamos por hábito fazermos aqueles editais de projetos,
292 liberar alguns recursos. Eu vi que o Lucas falou um valor ali, 50 mil para projetos abertos. Eu
293 não sei se já há uma previsão para nós abrirmos editais para projetos ambientais? **Ângela**
294 **Molin, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
295 **SMAMUS:** Na verdade, Doutora Marília, nós temos um projeto que na Câmara técnica do
296 Fundo nós começamos a construir, que é justamente um concurso para a sede do Refugio São
297 Pedro. E estamos aguardando que a nossa equipe técnica faça o termo de referência, para
298 podermos fazer o edital do concurso e lançarmos o edital pelo COMAM. Então, o meu pedido
299 foi que eles finalizassem até novembro esse termo de referência. Então, vamos ver se a gente
300 vai conseguir, mas o recurso está aqui para o próximo ano, para a gente poder lançar esse
301 concurso, que nós gostaríamos de uma série sustentável que pudesse depois ser aplicada nas
302 outras unidades de conservação. É a nossa ideia. E, além disso, Lucas, eu não sei, nós
303 discutimos isso na Câmara Técnica do Fundo, lembra? **Lucas Paim, SMAMUS:** Isso. A gente
304 colocou na de Educação Ambiental, 70 mil em iniciativas e propostas de educação ambiental.
305 Essas são as sugestões nesta tela que eu estou compartilhando. **Ângela Molin, Secretaria**
306 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** E nós também
307 incluimos aqui o desenvolvimento do Plano de Educação Ambiental Municipal, porque nós
308 temos no Município uma lei que trata do Plano de Educação Ambiental. Ele não existe ainda,
309 nós estamos trabalhando na Câmara Técnica de Legislação, numa minuta de decreto do
310 Comitê Gestor, desse Plano de Educação Ambiental. Fizemos uma reserva aqui no Fundo para
311 esse plano, para fazermos esse plano em 2023, mas nós sabemos que também a Secretaria
312 Municipal de Educação também tem recurso para isso. Então, nós vamos estudar se vai se rum
313 plano conjunto, enfim, é um plano do Município, que vai envolver todos os órgãos que fazem
314 educação ambiental. Essa é a nossa ideia, mas, enfim, estamos fazendo essa previsão para esse
315 ser o objeto de estudo pelo próprio Conselho, através das câmaras técnicas relacionadas no
316 próximo ano. Não sei se alguém tem mais alguma colocação. Conselheiro João Carlos. **João**
317 **Carlos Carvalho Machado, Sindicato Rural de Porto Alegre:** A respeito do cercamento,
318 do que está alocado ali de R\$ 500.000,00, eu acho um valor insignificante, porque nós estamos

319 falando de unidade de conservação e a unidade de conservação que constantemente está em
320 pauta é a Unidade do Morro São Pedro, que foi eu acredito que a última unidade a ser
321 efetivada dentro de Porto Alegre. E os R\$ 500.000,00 não dá nem para fazer o cercamento na
322 frente, na Estrada das Quirinas, porque a unidade de conservação está a cada ano evoluindo na
323 sua totalidade. Ela começou com 52 hectares e, provavelmente, desconheço, deve estar em
324 trono de uns 200 hectares agora e ela tem muito mais a crescer. Então, os 500 mil são
325 insignificantes. Segundo, a de se saber qual o tipo de cercamento e por onde ele vai começar,
326 pelo lado que não dá mais para crescer ou não. Esse é um ponto. A outra coisa, antes do
327 cercamento, antes do levantamento da fauna e da flora, temos que pensar em retirar das
328 unidades de conservação e no seu entorno, eu posso citar todas, os *pinus elliottiis*. Eles estão
329 tomando conta de toda a parte de flora e prejudicando os animais. Ainda a pouco se falou na
330 abundância da fauna. Sim, eu posso comprovar para os senhores a abundância da fauna nos
331 últimos 40 anos em Porto Alegre. Eu afirmo que Porto Alegre é a capital que mais fauna tem
332 na sua cidade. E na última reunião que eu perguntei se tinham plantado alguma coisa para os
333 animais, eu obtive uma resposta que não se dá comida para os animais. Dá sim, tem que
334 plantar vegetação que os animais possam se alimentar. Vou dar alguns dados, eu nunca vi
335 tanto pássaro na minha propriedade, tantos animais silvestres na minha propriedade como este
336 último ano, os animais estão comendo banana verde porque não tem alimentação no mato. Por
337 quê? Porque o *pinus elliottiis* está tomando conta da fauna e com a chegada do *pinus* tem
338 abundância dentro de Porto Alegre e os animais estão sendo prejudicados. Eu vejo passarinho
339 João-de-Barro comendo salsicha. Então, isso não pode! A abundância da fauna em Porto
340 Alegre e muito grande, muito grande, muito grande! Na região onde eu moro, na região onde
341 eu estou na zona sul, no em torno do Morro São Pedro, há 5 anos não existe caturrita naquela
342 região, na minha propriedade deve ter umas 5 mil hoje. Eu nunca vi tanta aracuã, tanta pomba
343 de bando. Então, tem que se pensar primeiro em uma solução para depois o cercamento,
344 porque se cercarmos agora como é que vamos retirar depois esses *pinus* que têm um volume
345 muito grande, tanto no Morro Santana, quanto no Morro São Pedro, na Ponta Grossa? É uma
346 área de refugio grande dos animais. Então, acho que tem que se pensar nisso também, R\$
347 500.000,00 é muito pouco. Obrigado! **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio**
348 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós temos outro Fundo, que
349 também é de gestão da Secretaria do Meio Ambiente, que é o Fundo Municipal de Gestão de
350 Território e nesse Fundo a gente também tem a possibilidade de incluir o cercamento e todo o

351 levantamento topográfico que é necessário para as unidades de conservação. Então, foi
352 colocado esse valor no Fundo do Meio Ambiente, mas não significa que não tenhamos outras
353 fontes, temos sim. Nós temos consciência de que 500 mil realmente é pouco para fazer todo o
354 cercamento. Então, isso está também pensado já. E com relação a essa questão dos animais eu
355 vou enviar um e-mail, Conselheiro, para a unidade de proteção ao ambiente natural, que é
356 responsável pelas unidades de conservação relatando essa sua preocupação. Ou se o senhor
357 quiser enviar um e-mail para nós, encaminharemos para a unidade, para que eles possam até
358 lhe informar como eles estão pensando essa situação. Quem quer falar? Conselheira Lisiane.
359 **Lisiane Becker, CRBIO-3-RS/SC:** Eu até quero agradecer ao Conselheiro João Carlos,
360 porque a minha pergunta inicial era exatamente sobre isso, sobre unidade de conservação.
361 Então, me parece, já que não houve uma discordância, que se refere ao Morro São Pedro. E aí
362 entra realmente a pergunta que eu refaço, igual ao senhor, que é o tipo de cercamento, né,
363 porque isso depende do tipo de fauna que nós temos ali e os corredores que nós precisamos
364 resguardar em relação a esse cercamento. Também, por oportuno, eu acho interessante o que o
365 senhor falou, já tínhamos conversado isso na outra reunião sobre alimento para a fauna, que
366 até lhe respondi exatamente isso que o senhor está colocando hoje, mas também tem outra
367 preocupação, que é em relação à supressão principalmente de eucaliptos. Claro, essas exóticas
368 nós precisamos erradicar, mas nós temos que ter certa parcimônia nisso. Com a exploração de
369 madeiras mais nobres, então, árvores que têm maior porte, muito da fauna ficou sem o abrigo
370 que precisava contra os seus predadores. Então, no caso, principalmente dos bugios. O que eu
371 tenho percebido no município que eu trabalho é que os bugios estão usando amplamente o
372 eucalipto, não para alimentação, mas sim para refúgio. Então, quando a pessoa quer fazer
373 cercamento, vai cortar os eucaliptos, não, primeiro vamos ver se esses eucaliptos não estão
374 servindo de refúgio no meio desse fragmento como refúgio. E aí sim incentivar o plantio de
375 espécies que atingem essas dimensões, para depois, então, fazer a substituição e não antes.
376 Então, a gente não corta a vegetação exótica para plantar depois e isso eu tenho notado
377 também aqui na Cidade de Porto Alegre, que a gente vê na rua, por exemplo, a minha rua tem
378 uma quantidade muito grande de aves, ela é próxima do jardim Botânico e o que acontece é
379 que se suprime árvores enormes, quando plantam alguma coisa no mesmo lugar é muito
380 pequena. Então, ela nunca vai ter o potencial que tinha aquela antiga, muito se perdeu. Então,
381 são questões que deve ter alguma câmara que trate mais adequadamente do assunto, mas eu
382 acho muito importante o que o senhor levantou. Inclusive, foi a minha proposta inicial em

383 relação a esses cercamentos de unidades de conservação. Eu sou técnica de uma RPPN na
384 Serra e eu fui totalmente contra o cercamento. Nós não cercamos, embora seja uma coisa meio
385 que obrigatória, mas nós não cercamos, porque o tipo de fauna que nós temos ali ia ser um
386 impeditivo, ocasionando, possivelmente, até ferimentos, estrangulamentos, oportunizando
387 predação. Então, não colocamos. Bom, então, me ajudou a responder ali que seria mais a
388 Unidade de São Pedro, né, o que seria o cercamento. E eu gostaria também de saber, do que
389 foi falado pela Conselheira da OAB, sobre a questão da educação ambiental daqueles projetos
390 que o Município tinha, que colocava à disposição de entidades com uma linha temática ou,
391 então, várias linhas. Eu notei que faltou, tudo que foi falado não contempla, porque tem ali
392 educação ambiental. Essa do projeto arquitetônico, então, realmente, não dá para colocar
393 como um projeto que sirva para entidades ambientalistas como era antigamente, porque vai
394 envolver, evidentemente, um arquiteto ou um engenheiro. Então, seria muito restritivo. E os
395 70 mil para educação, iniciativas propostas, eu achei meio vago esses 70 mil também e um
396 valor muito aquém para uma diversidade de propostas mais robustas. E aqui, o plano de
397 desenvolvimento de educação ambiental, os 150 mil, isso possivelmente não será um edital
398 aberto para entidades que normalmente são totalmente voluntárias. Então, eu não consegui
399 achar no que foi colocado uma resposta, porque a Conselheira da OAB colocou, se não me
400 engano, que foi em relação realmente aqueles projetos voltados para a sociedade civil realizá-
401 los. Então, eu não encontrei, se puder dar um pouquinho mais de particularização. **Ângela**
402 **Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
403 **SMAMUS:** Certo. Na verdade, nós tínhamos em 2022, tivemos em 2021, valores para o
404 Fundo, no plano de aplicação de 2021 e 2022, se eu não me engano, tivemos valores para
405 projetos ambientais, voltados para entidades ambientalistas. Toda via, nós sabemos que
406 atualmente esses projetos têm que ser lançados através de chamamento público pela lei das
407 parcerias, a Lei nº 13.019. E o Conselho, tanto em 2021 e 2022, não conseguiu formular um
408 edital dessa forma, né. Nós não tivemos êxito, na Câmara Técnica do Fundo nós até
409 discutimos a possibilidade, os membros da câmara técnica falaram de formatar o edital, mas
410 isso realmente não andou. Então, para 2023, dado o passo de que nós temos uma diminuição
411 bastante grande de recursos, porque teve uma emenda constitucional e propiciou que o
412 Tesouro retirasse dinheiro de todos os fundos, né. isso foi uma emenda constitucional federal e
413 isso aconteceu em 2020 e 2021. E as nossas receitas estão programadas agora, dentro de um
414 âmbito mais realista nesses 7 milhões praticamente. Então, como temos projetos em

415 andamento que iniciaram neste ano, em razão do plantio, da manutenção de mudas,
416 arborização de áreas, enfim, nós temos uma diminuição de recursos, na verdade. Mas eu
417 confesso que se o Conselho para o próximo ano de 2023 apresentar uma proposta de edital
418 que a gente possa lançar, enfim, acho que a gente pode remanejar recursos durante o ano e
419 obtermos essa possibilidade. Eu acho que isso não está fechado, né. Agora cabe a nós
420 conselheiros fazermos o edital ou recebermos algum projeto de alguma entidade para fazermos
421 aquele termo de fomento, né, que é a lei das parcerias, que a 13.019 nos permite. Nós temos o
422 termo de parcerias e temos o termo de fomento, que é aquele que a entidade oferece o projeto
423 ambiental, aí o Município adere e o Fundo aqui pode custear. Então, a gente tem essas duas
424 possibilidades, nós lançarmos ou nós recebermos. Eu acredito que a gente possa fazer esse
425 remanejamento, sem problema nenhum, discutir de onde a gente pode tirar e remanejar sem
426 problema nenhum, porque o Conselho pode destinar o recurso sim. Então, fica sempre essa
427 possibilidade de qualquer forma, nós estamos fechando, com certeza. Obrigada! Mais alguma
428 colocação em relação ao Fundo, a essa proposta? De qualquer forma nós enviaremos esse
429 material que foi apresentado para que vocês possam ainda rever alguma coisa. E na próxima
430 reunião, em novembro, né, a gente volta a fazer o debate e a deliberação, porque nós temos
431 ainda duas reuniões, de novembro e a de dezembro, que a gente sempre faz na primeira
432 quinzena de dezembro para não ficar muito próxima das festas de final de ano, com isso já
433 estamos encerrando o ano de 2022.

434 **5.2. APRESENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO ACERCA DO ENCAMINHAMENTO DO**
435 **PROCESSO SEI 22.0.000121327-3, RECEBIDO DA DIRETORIA DE**
436 **LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL;**

437 Bem, o próximo item da pauta, então, é justamente um pedido que veio da Diretoria de
438 Licenciamento e Monitoramento Ambiental para que o Conselho auxiliasse, ou na formatação
439 de um termo de referência para a contratação de um inventário, do estudo da fauna silvestre
440 em Porto Alegre, ou diretrizes no mínimo para a formatação do termo de referência. Uma
441 colaboração aqui do Conselho mais ativa em relação a esse tema do inventário de fauna. A
442 minha proposta, quando o diretor conversou comigo e enviou o processo SEI para o
443 Conselho, seria enviar esse expediente à Câmara Técnica de Áreas e Paisagem Natural, que me
444 parece que é a mais adequada na temática para elaborar um termo de referência ou diretrizes
445 para um termo de referência nesse sentido. E se a câmara técnica quiser criar um grupo de
446 trabalho específico para isso, né, com integrantes técnicos me parece que é bastante

447 apropriado. Não sei, essa seria a minha proposta de encaminhamento, mas coloco aos
448 conselheiros para ver o que pensam, como acham que a gente poderia encaminhar. Não sei se
449 alguém gostaria de começar? O Professor Nelson já colocou o seu de acordo (via chat).
450 Conselheiro Gerhard, Conselheira Marília, Conselheiro Fernando. Então, parece que esse seria
451 realmente um bom encaminhamento. A Conselheira Lisiane também está de acordo.
452 Conselheiro Oscar, gostaria de falar? **Oscar Gilberto Escher, ABRASINOS:** Nós estamos na
453 condição de presidir essa comissão e ficamos honrados se o Conselho entender que devemos
454 contribuir com a elaboração desse termo de referência. Estamos à disposição. Obrigado!
455 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
456 **SMAMUS:** Então, nós encaminharemos esse expediente para a CTanpur e na próxima semana
457 nós conversaremos, Conselheiro, eu e o senhor, para acertarmos a pauta da CT e aí a gente já
458 envia o convite, a convocação da reunião da CT no mês de novembro, aí essa pauta já vai
459 junto para vocês. Está bem? Ótimo! Obrigada!

460 **5.3. DEBATE E ENCAMINHAMENTOS ACERCA DO SEI 18.0.000045575-6 (Lista de**
461 **espécies da flora ameaçadas de extinção);**

462 O nosso terceiro item da pauta teria ainda nós continuarmos o debate, a discussão sobre os
463 encaminhamentos a serem dados à questão da lista da flora ameaçada de extinção. Eu recebi
464 hoje pela manhã e respondi ao Professor Paulo Brack a um e-mail onde ele me solicitou que
465 esse tema fosse deixado para a próxima reunião ordinária, tendo em vista que não houve
466 condições de fazer aquelas adequações que nós havíamos conversado na reunião passada. Eu
467 disse a ele que por mim não haveria nenhum problema de retirarmos, suspendermos esse
468 debate para a próxima reunião, mas que eu colocaria para os conselheiros se querem dar algum
469 outro encaminhamento ou podemos deixar para a reunião de novembro. E aí retornarmos com
470 esse debate, porque o Professor Paulo gostaria dele pessoalmente colocar algumas questões da
471 adequação que foi solicitada, dentro do que conversamos na última reunião. Doutora Marília.
472 **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:** Eu fiquei com uma dúvida, eu estou de acordo,
473 não tem problema, é um tema relevante que a gente já está discutindo há bastante tempo, que
474 já tramitou, tem muitas discussões. Eu queria entender qual é a complementação que o
475 Professor Paulo Brack vai fazer, só para que eu esteja atualizada e possa conversar também
476 com os meus pares, porque nós acompanhamos de perto na Câmara de Legislação e nós já
477 temos mais ou menos um posicionamento firmado enquanto instituição. Então, por gentileza,
478 só para entender qual é o encaminhamento pendente. **Ângela Molin, Secretária Municipal**

479 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Como na câmara técnica
480 nós entendemos que havia uma discrepância nos termos entre a lista estadual e aquela que foi
481 proposta pela câmara técnica e pelo GT, o Professor Paulo Brack fez uma explicação de que
482 ele havia utilizado termos mais modernos e atuais para a flora, para a identificação de flora. E a
483 lista estadual não pôe atualizada. Então, por isso a discrepância. O que eu sugeri, na verdade?
484 Que ele fizesse uma coluna com os termos da lista estadual e com os termos atuais, para ficar
485 atualizado. Com isso a gente poderia verificar que se tratava das mesmas espécies, que não
486 estavam trazendo nada novo, extrapolando eventualmente alguma questão de competência ou
487 coisa do gênero. A proposta foi essa e aí, por isso, ele disse que não conseguiu finalizar esse
488 trabalho e pediu que como ele não estaria na reunião que a gente deixasse para novembro. Ok?
489 Muito bem, se estamos todos de acordo com essa transferência também de pauta, eu ainda
490 deixo a palavra livre se mais alguém quiser fazer alguma colocação, alguma comunicação, se
491 não nós vamos encerrando por hoje a nossa reunião.

492 **5.4. ASSUNTOS GERAIS.**

493 Eu queria apenas registrar que o Secretário pediu desculpa por não estar na reunião de hoje,
494 mas ele realmente foi chamado para outro compromisso e aí me pediu que presidisse a reunião
495 do início ao fim. Muito bem, se não temos mais nenhuma colocação, então, eu reforço e
496 lembrou da nossa conferência nos dias 17, 18 e 19. Contamos com a participação de todos
497 nesse vento, por favor, divulgue. Nós vamos enviar a todos o material de divulgação,
498 esperamos encontrar todos lá. O comitê executivo do COMAM, juntamente com a Secretaria,
499 tem se dedicado bastante a esse evento, que há mais de 10 anos que não temos. Então, acho
500 que será um grande momento para a gente fazer bons debates. Muito obrigada pela presença
501 de todos, uma coisa de semana, uma boa tarde. Fiquem todos bem, até mais.

502 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, às**
503 **15h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº**
504 **225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**